SEMANÁRIO NOTICIAS LX

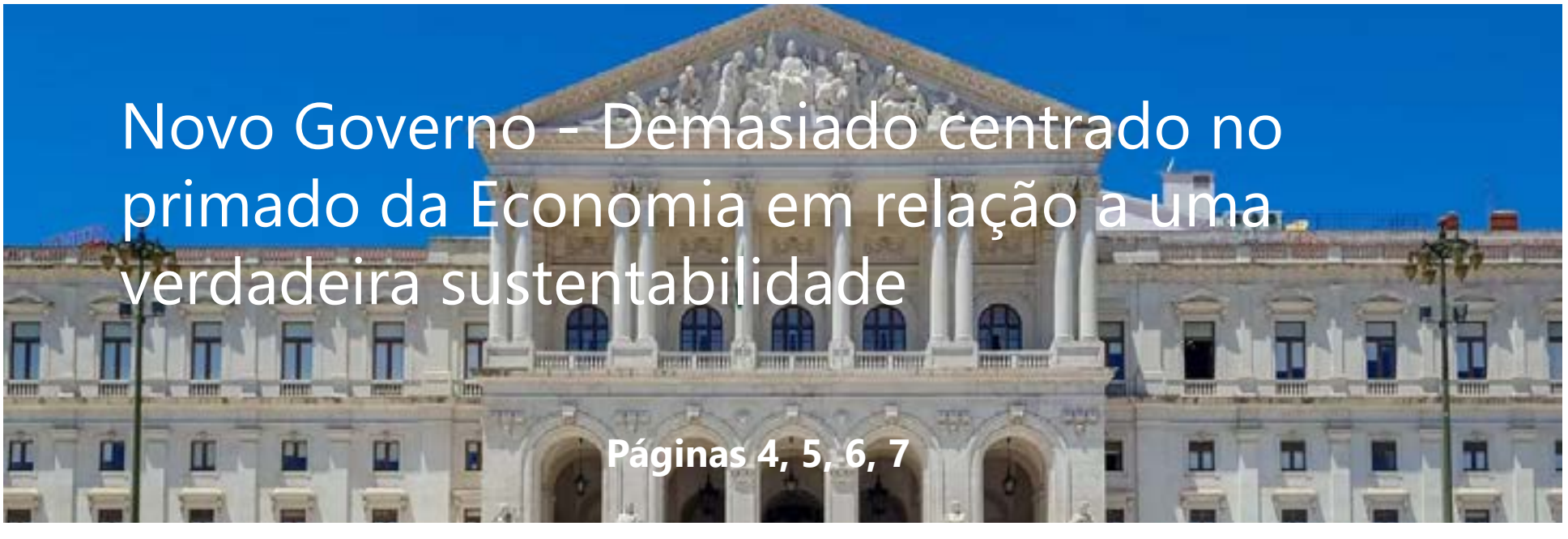
13 de Abril de 2024 | Notícias da Grande Lisboa | Nº 82

Apresentado Programa Comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril

PÁGINA 3

MUBI DEFENDE REFORÇO DE APOIOS À COMPRA DE BICICLETAS EM 2024

Página 21



Novo Governo - Demasiado centrado no primado da Economia em relação a uma verdadeira sustentabilidade

Páginas 4, 5, 6, 7

ÍNDICE

O Programa do XXIV Governo e a Comunicação Social 2

Programa Comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril 3

Programa de governo demasiado centrado no primado da economia em relação a uma verdadeira sustentabilidade 4

Requalificação urbanística da futura Zona Industrial de Tocadelo 8

Nos 50 anos do 25 de Abril, a taxa de risco de pobreza é de 42% 9

À Descoberta do Património 10

ESTABILIDADE 11

XXI Aniversário da Associação de Apoio Profissionais Hospital de Santa Maria 12

LOURES PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL 13

VISITA - Quinta e Palácio de Valflores 14

Exposição Arte + Jovem Saúde Mental 6 Abril a 11 Maio CPC 15

Exposição de ilustrações "Em cada rosto igualdade", de Marta Nunes 16

Município de Loures recebeu uma comitiva de cidades da Finlândia 17

Agenda Metropolitana 18-19

GRUPO CORAL DA PORTELA | CONCERTO 21 DE ABRIL NO CENTRO CULTURAL MOSCAVIDE 20

MUBI DEFENDE REFORÇO DE APOIOS À COMPRA DE BICICLETAS EM 2024 21

Comunidade de Leitores 22

"PANORAMA DO CONGO" 23

Câmara Municipal de Loures renovou os protocolos de cooperação com CREACIL 24

Relatório de Execução do SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Loures 25

EDITORIAL

O Programa do XXIV Governo e a Comunicação Social

6.3. Comunicação Social e Combate à Desinformação

O setor dos média vive enormes desafios, em resultado de mudanças profundas na organização do espaço público e informativo que, para além de afetarem a sustentabilidade das empresas de comunicação social e a estabilidade dos respetivos trabalhadores, colocam em risco o pluralismo, a liberdade de informar e a liberdade de expressão, pilares fundamentais estruturantes da democracia.

O Estado deve ponderar os problemas de uma área tão sensível e crítica para a saúde da nossa democracia e da nossa sociedade.

A extensão e escala dos desafios exigem uma articulação e complementaridade entre políticas nacionais e europeias. Do ponto de vista do quadro legislativo europeu, Portugal deve assumir um papel ativo na conceção, adoção e transposição de políticas para promover a sustentabilidade, independência e uma equilibrada regulação dos diferentes intervenientes no ecossistema mediático e da sua articulação com o ecossistema digital, incluindo uma adequada distribuição de valor em toda a cadeia desse ecossistema. Impõe-se nomeadamente a procura de soluções criativas para os problemas do setor e que, ao mesmo tempo, reforcem o seu papel, informativo, social, cultural e económico tanto em Portugal, como no espaço lusófono e no mundo.

Em simultâneo, a desinformação e as fake news são um dos maiores desafios deste tempo. Elas afetam a credibilidade das instituições, a confiança dos cidadãos, a participação cívica, a coesão social e a segurança nacional. São uma ameaça à democracia e aos valores que a sustentam. É importante defender a verdade, a transparência, a liberdade, a pluralidade e a responsabilidade no espaço público. É imperioso responder aos males da desinformação e das fake news, proteger os direitos e deveres dos cidadãos e dos meios de comunicação e promover a educação e a literacia mediática.

No sentido de garantir a pluralidade, independência e sustentabilidade de uma comunicação social livre, em benefício de uma cidadania informada, aumentando o nível de confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, nos meios de comunicação e nos agentes políticos, o Governo pretende:

- Criar um Plano de Ação para os média, envolvendo o setor dos média tradicionais e digitais, a academia, a sociedade civil, de forma a dar resposta aos graves problemas
estruturais e conjunturais decorrentes das profundas mudanças tecnológicas, da configuração da nova oferta de conteúdos, da crise nas cadeias de produção e da violação de direitos de consumidores e empresas;
- Avaliar a possibilidade de criar uma dedução no IRS de despesas com órgãos de comunicação social e introduzir modelos de incentivo ao consumo de conteúdos de órgãos de comunicação social;
- Estudar a adoção de novos modelos jurídicos e fiscais empresariais e de investimento de impacto na área dos média, à semelhança do que já ocorre noutros Estados europeus;
- Rever a Lei de Imprensa, ouvindo as empresas do setor, de forma a corrigir o seu anacronismo (face às profundas transformações da sociedade e do impacto das plataformas digitais);
- Avaliar o regime fiscal aplicável às plataformas digitais e incentivar essa discussão a nível europeu, com as receitas a serem alocadas ao incentivo à procura de conteúdos
dos média;
- Clarificar a situação da agência Lusa e resolver o impasse na sua estrutura acionista de forma equilibrada, imparcial e envolvendo todos os agentes do setor;
- Salvaguardar o papel e a missão do serviço público de rádio, televisão e multimédia, garantindo a sua independência e transparência;
- Encorajar os meios de comunicação regional e local;
- Reforçar o papel, independência e eficácia da regulação e supervisão e reforçar o papel da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) na fiscalização e na sanção de práticas de desinformação e de manipulação da informação, garantindo a sua independência, a sua eficácia e a sua articulação com outras entidades nacionais e internacionais;
- Manter a posição maioritária do Estado na Agência Lusa contribuindo para um serviço público de informação de rigor, seriedade e qualidade;
- Capacitar os poderes de atuação legais, nomeadamente através da criação de mecanismos no âmbito da cibersegurança, para combater as campanhas de
desinformação através da utilização ilegítima de plataformas digitais;
- Estimular a criação e o reconhecimento de plataformas de verificação de factos (factchecking), que possam contribuir para a validação, a contextualização e a correção da informação que circula nas redes sociais e nos meios digitais;
- Estimular o desenvolvimento de códigos de conduta pelos partidos e agentes políticos, que auto-determinem princípios e regras éticas para a comunicação política, e que prevejam mecanismos de monitorização e de denúncia de casos de desinformação e de fake news, designadamente, através da utilização da inteligência artificial generativa;
- Desenvolver uma estratégia nacional de educação e de literacia mediática, que envolva o sistema educativo, as universidades, as bibliotecas, as associações e as organizações da sociedade civil, e que promova o desenvolvimento de competências críticas, analíticas e criativas dos cidadãos, em relação aos meios de comunicação e à informação.

Fonte: O XXIV Governo

DESTAQUE LOURES

PUB

Programa Comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril

A Câmara Municipal de Loures apresentou, publicamente, o Programa Comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, cujas iniciativas se concretizarão de abril de 2024 a abril de 2025.

Na sessão, que decorreu no auditório da Escola Secundária António Carvalho Figueiredo, perante uma plateia composta por jovens e alunos da Academia dos Saberes de Loures, a vice-presidente Sónia Paixão afirmou que estas comemorações se regem "pelos valores da Revolução dos Cravos que nos trouxeram a liberdade e a democracia".

"Durante este ano queremos salientar a democratização das artes, da cultura e do desporto com uma oferta onde impera a diversidade, a igualdade, a solidariedade, a inclusão, a intergeracionalidade e a interculturalidade".

De acordo com Sónia Paixão, as escolas serão o grande palco das comemorações do 25 de Abril, mas também "nos equipamentos culturais, nos equipamentos desportivos, nos bairros, nas ruas, com todos, todos, todos a celebrar a riqueza do nosso território e a riqueza do 25 de Abril".

A sessão continuou com assinatura de um acordo de colaboração entre o Município de Loures e Associação 25 de Abril. De acordo com o documento assinado pelo Presidente da Câmara, Ricardo Leão, e pelo coronel Vasco Lourenço, a Câmara de Loures irá conceder apoio financeiro, no montante total de 15 mil euros, pela colaboração da Associação 25 de Abril, ficando esta entidade responsável por disponibilizar uma exposição temática sobre o 25 de Abril, durante o período em que decorrem as Comemorações, bem como uma viatura Chaimite durante três dias, e prestar apoio técnico e institucional na preparação das comemorações.

"Há 50 anos Portugal e o Mundo acordaram, de repente, para uma situação que ninguém esperava", afirmou o capitão de Abril, Vasco Lourenço. Depois de uma luta muito forte contra uma ditadura, contra todas as expetativas, as forças armadas foram um instrumento de paz, liberdade e democracia e não um instrumento de guerra".

Já Ricardo Leão lembrou que "não viveu em ditadura" e que "a grande maioria da população ativa do país não viveu o 25 de Abril, sentindo-o apenas por aquilo que lhes contaram".

"É de extrema importância explicar a quem não viveu a Revolução dos Cravos, a importância que ela teve. Pensamos todos que a liberdade é um dado adquirido. Mas nada está conquistado. A liberdade tem de ser conquistada diariamente".

Para o presidente da Câmara de Loures, "é nas escolas que temos de fazer sentir o que foi viver numa ditadura", até porque "se isso não acontecer, arriscamo-nos que as próximas gerações celebrem Abril de uma forma muito simbólica, ou até deixem de comemorar esta data".

Programa de governo demasiado centrado no primado da economia em relação a uma verdadeira sustentabilidade

ZERO efetua extensa avaliação do programa de governo

Quando o Governo apresenta o seu programa, a ZERO analisou as diferentes medidas apresentadas e identificou as que considera positivas, as que considera negativas, mas também as omissões. Num documento desta natureza é sempre difícil apreender até que ponto o que se escreve irá ter reflexos concretos nas políticas que virão a ser desenhadas. Resta-nos ter esperança de que a forma vaga como alguns aspetos são referidos não só impeçam de ser concretizados.
Ainda que em algumas áreas as propostas integrem medidas que a ZERO considera fundamentais, o documento parece refletir uma visão muito centrada no primado da Economia, dando a entender que existe uma certa tendência para voltar a um paradigma que, consideramos, já provou não ser capaz de assegurar a transição necessária para uma sociedade sustentável. Exemplo disto é o facto da palavra sustentabilidade surgir, essencialmente, associada a questões económicas e pouco à sua definição de origem. Da mesma forma, o conceito de gerações futuras está praticamente ausente, quando se reforça a necessidade de integrar os direitos e interesses destas gerações nos processos de decisão do presente. Mesmo a visão para o exterior, seja para a UE, seja para além desta, parece colocar em primeira linha a diplomacia económica.
Legenda: Medidas positivas (+) | Medidas negativas (-) | Omissões (ø). As áreas estão apresentadas por ordem alfabética.

Agricultura

+ O reforço da abordagem de uma só saúde é bem-vindo. Mas é importante explicitar que a precaução e prevenção são princípios basilares, pelo que o apoio à transformação dos sistemas agropecuários é a solução mais segura e económica no longo prazo.
+ Reprogramação do PEPAC é necessária e a simplificação de procedimentos para os beneficiários é crucial. É importante fazer uma distinção entre beneficiários, ajustando a justiça na distribuição de apoios e aumentando as exigências a par com o impacte potencial das explorações agrícolas.
+ O aumento do grau de autoaprovisionamento é uma prioridade fundamental, sobretudo na produção de bens alimentares essenciais e estratégicos de que somos deficitários. No entanto, juntar este objetivo a indicadores como a "balança comercial" e as "exportações", enfraquece o seu propósito - esta dinâmica não é conducente à soberania alimentar, mas à especialização e redundância entre importações e exportações.
+ Fomentar o acesso à terra por jovens agricultores.
+ A monitorização dos solos é de facto uma prioridade.
+ Fomento de cadeias curtas locais.
+ Valorização dos sistemas de produção extensiva.
- A ideia de que se pretende gastar recursos públicos para ignorar os impactes dos sistemas agrícolas de alto input e do consumo excessivo de carne, servindo os recursos públicos para financiar a propaganda dos grandes agentes do sector, confundindo-os com a totalidade da agricultura que se faz em Portugal.
- A implementação de um mercado voluntário de carbono para a agricultura e floresta é um desafio conceptual gigantesco.
- Mobilizar o Fundo Ambiental para continuar a financiar um modelo de regadio que se traduz no favorecimento de monoculturas industriais é uma perversão deste instrumento e ignora os impactes do modelo atual, que inclui o aumento das captações de água.
- A respeito do regadio, o novo Governo pretende favorecer monoculturas industriais, expandindo a área de grande regadio coletivo. incluindo as áreas ditas "precárias" nos regadios existentes, levando à conversão permanente de áreas que não tiveram avaliação de impacte ambiental.
ø Avaliação ambiental estratégica do programa nacional de regadios.
ø Ao se querer "avaliar e rever os limites dos perímetros de rega públicos, adequando a sua área beneficiada às tecnologias e eficiência de rega atual" não se refere a necessidade de adequação dos perímetros de rega e das culturas praticadas às disponibilidades hídricas.
ø Inexistência de qualquer consideração pela crise social dos trabalhadores agrícolas imigrantes e a proliferação de situações de escravatura moderna.
ø Menciona-se agricultura de precisão, mas nada é dito sobre Agricultura Biológica e Agroecologia, indiciando um favoritismo deste Governo por uma abordagem em particular.
ø Não existe menção da necessidade de implementar uma rede pública de serviços de extensão agrícola.

Água

+ Acelerar a implementação dos Planos Regionais de Eficiência Hídrica e do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030) [Nota ZERO: Desde que não seja à custa do apressar de procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, licenciamentos, etc, colocando em causa a qualidade das decisões finais.
+ Desenvolver programas específicos para reduzir as perdas de água nas redes de abastecimento, para reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras e para aumentar a reutilização de águas residuais tratadas.
+ Assegurar a modernização das redes de monitorização de recursos hídricos.
+ Incentivar as infraestruturas verdes e o aproveitamento de águas pluviais.
+ Aumentar a quantidade de águas residuais tratadas utilizadas no setor primário.
- Acelerar a execução das centrais de dessalinização previstas e avaliar novas necessidades, procurando mitigar os custos económicos do preço água através de medidas conexas no âmbito energético.

NACIONAL - SUSTENTABILIDADE

- Investir no aumento da capacidade de armazenamento de águas superficiais e consequente aumento das áreas beneficiadas por regadios públicos; [Nota ZERO: Investir no aumento da capacidade de armazenamento, sendo que tal medida significa investir na construção de novas barragens será insistir numa falsa solução para o problema das disponibilidades hídricas em Portugal (que se verifica sobretudo a Sul), podendo contribuir para o agravamento do problema já que o consequente aumento das áreas de regadio contribui para a criação de novas necessidades de água que serão crescentes e às quais a capacidade de armazenamento criada poderá não dar resposta. Acrescem ainda os impactes sobre ecossistemas locais e os habitats naturais resultantes da criação de novos reservatórios de águas superficiais.
ø Não há qualquer referência à necessária revisão do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água.

Clima e Energia:

+ Lei de Bases do Clima: Numa altura que passam mais de dois anos da entrada em vigor da Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021), a lei continua em larga medida por aplicar, com o processo de regulamentação e aplicação a marcar passo, pelo que é positivo o empenho demonstrado pelo governo em corrigir este estado de coisas.
+ Estratégia para o Armazenamento Energético: É positivo que o Governo mostre empenho em desenvolver uma Estratégia Nacional de Armazenamento de Energia até 2026, imprescindível para a gestão e uso eficaz da energia renovável produzida no país.
+ Comunidades de energia e produção descentralizada: é de salutar o empenho em estimular formas de produção de energia colaborativas e individuais, que aproveitam o potencial de telhados e outras coberturas, promovem a diversificação geográfica das fontes energéticas, aumentam a resiliência do sistema elétrico, reduzem as perdas de transmissão, e contribuem para a sustentabilidade e a autonomia energéticas.
- Neutralidade climática: o programa fala da antecipação hipotética ("idealmente") da neutralidade climática de 2050 para 2045, quando Portugal nas Nações Unidas, quer na voz do primeiro-ministro quer na voz do Presidente da República, já a anunciou, e a mesma é fulcral para aproximar o país de uma trajetória compatível com o limite de 1,5ºC do Acordo de Paris.
- Estratégia Industrial Verde: uma componente vital da Lei de Bases do Clima e do desenvolvimento industrial do país, que está em atraso e que mereceria por si um empenho particular da parte do Governo, mas que o mesmo omite clamorosamente no seu programa.

Compras públicas ecológicas/circulares

+ É importante que as Compras Públicas Circulares e Ecológicas aplicáveis a toda a administração pública, central e local sejam referidas como uma estratégia importante para Portugal. Contudo, mais uma vez, voltam a ser referidos os critérios económicos, quando a iniciativa visa dar maior relevo a outras componentes que não apenas o preço final.

Conservação da Natureza e da Biodiversidade

+ Remover barreiras obsoletas nos rios e promover o restauro de ecossistemas fluviais.
+ Assegurar que os parques e reservas naturais têm diretores com funções executivas, responsáveis diretamente pela gestão operacional no dia-a-dia, devidamente articulados com a respetiva Comissões de Cogestão.
+ Elaborar o Plano Nacional de Restauro da Natureza, acautelando as especificidades e nacionais e as atividades implicadas, a redução de riscos induzidos e a necessidade de investimentos que remunerem de forma equilibrada os proprietários pelos serviços prestados pelos ecossistemas.
- Reforçar o modelo de cogestão das áreas protegidas para garantir maior operacionalidade e coordenação entre instituições; [Nota ZERO: em vez do reforço ir no sentido de cogestão 2.0, com vista ao recurso à contratualização para promover o restauro de habitats e a conservação das espécies, instituindo áreas de proteção estrita, pretende-se insistir num modelo que está condenado fracasso.
- Implementar o Plano para a Aquicultura em Águas de Transição com o objetivo de aumentar em 50 % a produção aquícola nesta década.
ø não existe qualquer referência à necessidade de completar e implementar os Planos de Gestão das Zonas Especiais de Conservação.
ø Também nada existe sobre implementação do cadastro nacional dos valores naturais classificados ou sobre Planos de conservação de habitats e espécies, assuntos para os quais a ZERO tem vindo a alertar publicamente.

Educação ambiental

+ A educação ambiental é uma ferramenta importante, pelo que é positivo que seja referido o interesse em desenvolver novas iniciativas e projetos nesta área, fomentando a cidadania ativa e comportamentos mais sustentáveis, tendo como prioridade as gerações mais jovens. Contudo, não existe qualquer referência ao conceito de suficiência, um elemento fundamental para a transição para a sustentabilidade nem são dados exemplos das "novas" iniciativas.
- O foco nas gerações mais jovens deixa entrever o conceito de que caberá às próximas gerações assegurarem as transições necessárias. Contudo, a ciência é clara quando afirma que não podemos esperar. As políticas e medidas têm de ser implementadas desde já, pelo que a sensibilização e capacitação ambiental deveria ser reforçada junto dos adultos, dando prioridade a grupos específicos como os próprios decisores políticos, tantas vezes impreparados para encarar os desafios existenciais que se colocam no presente.

Florestas

+ Promover a arborização com espécies autóctones, aumentando a biodiversidade e reduzindo a vulnerabilidade das zonas rurais a incêndios, em colaboração com os agentes do território.
+ Remunerar as externalidades positivas da floresta, com a implementação de mecanismos de compensação dos serviços de ecossistema em áreas de produção e conservação florestal.
+ Reforçar a implementação do cadastro rústico e do emparcelamento, estimulando a gestão agregada de terrenos florestais.
+ Fortalecer o papel das Organizações de Produtores Florestais na extensão florestal através do estabelecimento de contratos programa.
- Viabilizar centrais de biomassa residual das florestas, matos e incultos.
ø não é dado qualquer relevo à implementação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, e continuidade da Agência de Gestão Integrada dos Fogos Rurais, não sendo minimamente aceitável que a política

NACIONAL - SUSTENTABILIDADE

do Governo nesta área se resuma a: "Contribuir para diminuir o risco e a perigosidade de incêndios rurais".
ø Também não é dado qualquer relevo à implementação dos Programa de Transformação da Paisagem, não se compreendendo que o objetivo (e as verbas do PRR) apenas sirvam para "Criar condições de operacionalidade para os programas de gestão ou transformação da paisagem".

Impactes Ambientais

+ O programa de modernização da AIA - AIA 2.0 é positivo, desde que não seja no sentido da redução do nível de exigência e abrangência do processo de AIA, mas sim de o tornar mais claro, transparente e com uma verdadeira avaliação ambiental em que os efeitos cumulativos sejam verdadeiramente avaliados, incluindo a necessidade de Avaliações Ambientais Estratégicas em algumas áreas, de forma a reduzir o conflito com os instrumentos de gestão do ordenamento do território, reduzindo o excesso de utilização de decisões favoráveis condicionadas que usam e abusam de condicionantes para justificar as decisões favoráveis.
ø não é referido de que forma o programa de modernização da AIA irá alterar os aspetos da legislação do SIMPLEX ambiental que comprovadamente não só não resultaram em nenhuma simplificação de processos, como retiraram a obrigação de muitos projetos com potenciais impactes ambientais significativos de serem submetidos a AIA.

Instrumentos económicos/ fiscalidade verde

+ Parece haver vontade de dar um novo impulso à Fiscalidade Verde para promover o uso mais eficiente e sustentável dos recursos.
+ Premiar os Municípios que mais contribuem para o cumprimento dos objetivos ambientais de Portugal é também uma boa ideia, há muito defendida pela ZERO.

Oceano

+ Propõe-se um modelo de governança para áreas marinhas protegidas, que parece referir-se à implementação da Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas (RNAMP), o que é muito positivo e urgente, mas não existem objetivos ou prazos definidos.
+ Combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.
+ Melhorar o equilíbrio entre homens e mulheres, promovendo o papel das mulheres nas comunidades piscatórias.
- Mencionam vagamente a sustentabilidade e a maioria das medidas estão viradas para o crescimento económico dos setores marítimos, com pouca menção à proteção e conservação dos ecossistemas marinhos.
- Propostas como a expansão da aquicultura, energias renováveis offshore e turismo marítimo trazem inevitavelmente impactes significativos, como bem sabemos, mas não são apresentadas medidas concretas para avaliar e mitigar estes impactes.
- Os objetivos "garantir o rápido apoio à frota de pesca artesanal" e "gestão sustentável dos recursos haliêuticos", parecem poder entrar em conflito se não forem implementadas simultaneamente medidas de controlo e fiscalização, e regulamentos que garantam que a exploração dos recursos ocorre dentro de limites seguros, tendo em conta a capacidade de renovação dos stocks.
- O incentivo à indústria transformadora do pescado pode aumentar a procura por recursos pesqueiros, exigindo-se medidas adicionais para garantir a sustentabilidade.

Ordenamento do Território / Habitação

- Foco na flexibilização das limitações de ocupação dos solos, densidades urbanísticas (incluindo construção em altura) e exigências e requisitos construtivos e possibilidade de aumento dos perímetros urbanos.
- Num país com fortes limitações em termos de fiscalização e de garantia de cumprimento de penalizações por infrações, a proposta de simplificar e reduzir obstáculos ao licenciamento e transição de um modelo de controlo urbanístico prévio para fiscalização ex-post, é a receita perfeita para o desastre do ponto de vista do ordenamento do território.

Recursos e Resíduos

+ Referência à necessidade de efetivar uma economia circular, não apenas centrada na reciclagem, mas com enfoque na prevenção - redução e reutilização. Como não há propostas concretas, resta saber se não passará, mais uma vez, de discurso político sem consequência para o futuro.
+ Reconhecimento da importância de assegurar a implementação efetiva dos planos setoriais aprovados para o horizonte 2024-2030 (PNGR, PERSU, PERNU, PAEC) que, se cumpridos, permitirão a Portugal posicionar-se de forma clara como um país circular. Contudo, mais uma vez não são avançadas propostas concretas.
+ Reconhecimento da relevância de agilizar a recolha seletiva e valorização dos biorresíduos, ao proporem uma atualização (espera-se célere) da Estratégia para os Biorresíduos e ao sublinhar que é fundamental criar condições para que a recolha seletiva e sua valorização seja operacionalizada em todo o território nacional (espera-se com um forte recurso ao tratamento in situ - compostagem comunitária e doméstica).
+ Proposta de reestruturação do modelo de funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER) para desempenhar eficazmente a sua missão.
+ Reconhecimento da importância de incentivar e criar condições para os cidadãos poderem contribuir de forma mais ativa para a economia circular. Resta saber se para além fiscalidade verde, da inovação tecnológica e da psicologia / economia comportamental (nudges) estão também a ponderar a absoluta necessidade de adaptar métodos de recolha (por exemplo, garantindo maior proximidade - recolha porta-a-porta ou incentivando através de sistemas de depósito com retorno.
+ Implementar o funcionamento de novos fluxos específicos de resíduos em sistemas de responsabilidade alargada do produtor surge também referido, mas sem qualquer menção aos fluxos a que se referem (podemos depreender que serão os previstos na recentemente publicada legislação).
+ É positivo que tenha sido assumida a necessidade de melhorar o funcionamento do sistema de responsabilidade Alargada do Produtor.
+ Sobre o tratamento de resíduos industriais perigosos é referido que movimentações recentes fizeram perigar um sistema funcional e que protege a saúde humana e o ambiente, mas não é explicitada qualquer medida concreta a este nível.
+ Assegurar a prevenção da contaminação e remediação dos solos para salvaguardar a saúde pública e a proteção dos recursos naturais, deixando no ar a possibilidade de, finalmente, termos a legislação ProSolos publicada.
+ É explicitamente referida a necessidade de assegurar a prevenção da contaminação e remediação dos solos para salvaguardar a saúde pública e a proteção dos recursos naturais. O ProSolos não é referido, mas resta a esperança de que este finalmente venha a ser aprovado.

NACIONAL - SUSTENTABILIDADE

- Não existe referência ao sistema de depósito com retorno para embalagens de bebidas descartáveis, previsto desde 2018 para entrar em funcionamento em 2022, mas que só em 2024 viu aprovada a legislação que o enquadra. O SDR é, sem dúvida, um dos grandes ausentes do Plano do Governo, pelo menos em termos de explicitação, ainda que a sua importância possa estar integrada "em espírito" no texto.

Transportes e Infraestruturas

+ Transporte Público de Passageiros: é positivo o objetivo de reduzir os custos do transporte público para o utilizador e aumentar a sua frequência, mas na verdade a prevalência do automóvel enquanto meio de transporte não será resolvida unicamente dessa forma; é necessário da parte do Governo um compromisso claro com a melhoria ampla dos níveis de serviço e atratividade do transporte público, em que o custo e a frequência são só uma parte - há fatores como regularidade, pontualidade, conforto, articulação entre meios de transporte, que são igualmente ou mais importantes.
- Novo aeroporto de Lisboa: é necessária uma decisão rápida sobre a nova localização, mas não só: é preciso decidir com um consenso partidário alargado, respeitando as conclusões do relatório da CTI, e escolhendo a opção estratégica com o menor impacto ambiental e que salvaguarde a saúde pública com o encerramento do aeroporto Humberto Delgado no mais breve espaço de tempo possível.
- Tributação autónoma de veículos de empresas: é lamentável se ocorrer sem a consideração de critérios ambientais, nomeadamente peso e emissões

Fonte: ZERO.ONG

LOURES - URBANISMO

Requalificação urbanística da futura Zona Industrial de Tocadelo

A Câmara Municipal de Loures assinou o Contrato de Urbanização da Unidade de Execução 3, em Tocadelos, localizada na freguesia de Lousa.

O documento assinado irá permitir avançar com a requalificação urbanística da futura Zona Industrial de Tocadelos, assegurando a justa repartição dos benefícios e encargos entre a Câmara de Loures, os Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) e os restantes proprietários desta Unidade de Execução com 4,2 hectares, bem como com a programação das operações urbanísticas necessárias à execução do PDM de Loures nesta área.
Além de um polo de atividades económicas, ali nascerá um espaço verde de recreio e lazer e uma via alternativa à ER374, que desvie o trânsito da localidade de Cabeço de Montachique, intervenção estimada em cerca de 1,9 milhões de euros.

Outras das condições imprescindíveis para a execução destas operações é a reformulação da rede existente de abastecimento de água e da rede de drenagem de águas residuais e pluviais de todas as unidades de execução de Tocadelos, intervenção que terá um custo de cerca de 3 milhões de euros.

"Quando, há dois anos, começámos a falar mais seriamente acerca desta matéria, todos me lembravam que o que se está a fazer para o desenvolvimento daquela área, já tinha sido uma promessa feita há mais de 30 anos. De facto, nem tudo é feito só com promessas, é preciso muito trabalho", referiu, na ocasião, Nuno Dias, vereador da Câmara de Loures, com o pelouro do Urbanismo.

"Quero agradecer a todos o trabalho que desenvolveram em conjunto com a Câmara e os SIMAR", frisou. "O nosso objetivo é criar uma forte zona industrial em Tocadelos e gerar os mecanismos possíveis para um desenvolvimento sério e ponderado".

OPINIÃO

Nos 50 anos do 25 de Abril, a taxa de risco de pobreza é de 42%

Os partidos políticos que têm governado Portugal deveriam ter vergonha de 50 anos após o 25 de Abril apresentarem um país, com uma taxa de risco de pobreza, antes e depois de transferências sociais, respetivamente de 42% e 21%, o que representa milhões de portugueses a viverem em condições inaceitáveis em pleno século XXI, hipotecando o futuro pátrio e o seu desenvolvimento social e económico.

Nos meus 20 anos de idade vivi o dia 25 de Abril com grande alegria e esperança no futuro, tendo a consciência plena que a II República corporizada pelo Estado Novo há muito que estava moribunda, interna e externamente, apesar dos esforços de modernização social e de liberalização política da chamada "primavera marcelista" que, contudo, não foi capaz, ou não quis, descolonizar e democratizar o país.

Outra situação que vivi entusiasticamente, nessa época, foi a primeira comemoração do Dia do Trabalhador, em 1 de maio de 1974, em que numa esplendorosa tarde de primavera, cerca de um milhão de pessoas desfilaram em Lisboa, entre a Alameda Dom Afonso Henriques e o então Estádio da Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho (FNAT), hoje Estádio 1.º de Maio, destacando-se a presença de muitos sindicalistas e oposicionistas ao regime político deposto.
É público e notório que no panorama político português estou situado à direita, onde, aliás, me radiquei, pouco tempo após o 25 de Abril, ainda durante o ano de 1974, embora em 1972/3 tenha frequentado convictamente ambientes conspirativos contra o Estado Novo, o que faz parte do meu acervo cultural e de vida.

A referência ao facto de praticamente em toda a minha vida adulta ser de direita, não me impede de enaltecer e dar vivas ao 25 de Abril, que pertence ao Povo português no seu todo e nas suas diferentes idiossincrasias, não sendo propriedade nem dos militares que teimosamente o reivindicam, como é o caso do Coronel Vasco Lourenço, nem de uma certa esquerda militante que se arroga no direito de apagar das memórias desse tempo as tentativas, felizmente falhadas, de introduzir em Portugal uma ditadura de influência soviética.
Neste artigo sobre o 25 de Abril é oportuno evocar todos aqueles que lutaram corajosa e estoicamente, a favor da instauração da democracia em Portugal, muitos deles com o sacrifício da própria vida, sendo justo que nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril se faça uma referência digna a esses heróis muitos deles anónimos, mas que também merecem ser lembrados e homenageados.

Nestas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril falta a encomenda a um naipe de reconhecidos historiadores independentes, não engajados a visões sectárias, de trabalhos académicos sobre a cronologia e a interpretação das várias fases do início da III República, nomeadamente, até ao 28 de setembro de 1974, com as públicas dissidências no Movimento das Forças Armadas (MFA), depois o 11 de março de 1975, com início do Processo Revolucionário em Curso (PREC) e finalmente o 25 de novembro de 1975, com a caminhada para um sistema político democrático e pluralista.
Do que não há dúvida é que o 25 de Abril, para além dos valores supremos da democracia e da liberdade, abriu fundadas expetativas de uma vida melhor para os portugueses, o que, aliás, se verificou em inúmeras áreas, nomeadamente, na educação, com a massificação do ensino, incluindo o de nível superior, na saúde e nos direitos das mulheres que no Estado Novo só poderiam trabalhar com autorização dos maridos, não podendo ser juízas, diplomatas ou polícias e sendo enfermeiras e hospedeiras não podiam casar.

Uma área de grande impacto positivo com o 25 de Abril foi o Poder Local que se desenvolveu de forma consistente em benefício das populações de que o saneamento básico é um exemplo paradigmático.

A respeito do Poder Local a minha provecta idade permite-me o distinto orgulho de ter sido eleito, nas primeiras eleições autárquicas, em 12 de dezembro de 1976, para uma Assembleia de Freguesia, na circunstância a de Caneças, que então pertencia ao Concelho de Loures.

Contudo, nos 50 anos do 25 de Abril, não se pode branquear o grande e preocupante passivo social existente no país, demonstrativo do falhanço dos partidos políticos que, nos últimos 30 anos, têm governado Portugal, ou seja, do PSD, com ou sem coligação com o CDS, e do PS, com ou sem a geringonça do PCP e do BE.
O grande passivo social que se verifica atualmente em Portugal tem de ser enfatizado e a sua demonstração deveria fazer parte das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, acreditando que, pelo menos, os deputados do CHEGA na Assembleia da República prestarão esse enorme serviço à democracia e ao pluralismo democrático.

Os partidos políticos que têm governado Portugal deveriam ter vergonha de 50 anos após o 25 de Abril apresentarem um país, com uma taxa de risco de pobreza, antes e depois de transferências sociais, respetivamente de 42% e 21%, o que representa milhões de portugueses a viverem em condições inaceitáveis em pleno século XXI, hipotecando o futuro pátrio e o seu desenvolvimento social e económico.

A estratégia de manter milhões de portugueses pobres e dependentes de apoios sociais, sem serviços públicos adequados e de qualidade, nomeadamente, na saúde e nos transportes, é um clamoroso falhanço da III República e dos partidos que têm feito parte do arco da governação.
Mais de mais de 1 milhão e 100 mil de eleitores, confiaram no CHEGA, para uma mudança do paradigma governativo de Portugal, o que ainda não foi possível face aos cercos antidemocráticos existentes, mas que os seus 50 deputados, simbolicamente eleitos no ano dos 50 anos do 25 de Abril, saberão romper a bem dos portugueses.

– Fernando Pedroso, Líder da bancada do CHEGA na AMO e Adjunto do Conselho de Jurisdição Nacional do Chega

LOURES - PATRIMÓNIO

À Descoberta do Património

A Biblioteca Municipal José Saramago (BMJS), em Loures, recebe, de 9 abril a 11 maio, a exposição "À Descoberta do Património", integrada no projeto "Arte sem Limites".

O projeto "Arte sem Limites", este ano subordinado ao tema "À Descoberta do Património", destina-se a alunos do 2.º (6.º ano) e 3.º ciclo do ensino básico e secundário das escolas do concelho de Loures, e a jovens a título individual, e visa promover atividades de artes plásticas a partir da descrição arquitetónica, histórica e cultural do património histórico nacional. Culminará com a realização de uma exposição dos trabalhos realizados, que estará patente de 9 de abril a 11 de maio de 2024, na BMJS.

A exposição, de entrada livre, poderá ser visitada de 3.ª feira a sábado, das 10 às 18 horas. Encerra às segundas-feiras, domingos e feriados.

Mais informação através do endereço de correio eletrónico dac_galerias@cm-loures.pt ou do telefone 211 150 663

OPINIÃO

ESTABILIDADE

Nunca, como agora, foi tão utilizada a palavra em título na política portuguesa, como se tivesse sido arvorada a sacrossanto critério para a manutenção de governos.

A "Estabilidade", de per si, pouco valor tem, pois deve ser sempre contextualizada, em concreto, e não em abstracto, para dela se retira algum valor intrínseco.

Em todo o espectro político, da direita á esquerda, ignorando os apodos de extrema isto ou aquilo, e até o grande centrão, usam e abusam da palavra – estabilidade – em função dos seus interesses conjunturais.

Ontem António Costa e os seus governos, faziam a apologia acérrima da estabilidade, como factor positivo para o País e para os portugueses, permitindo a aplicação das suas apostas politicas, vertidas nos seus programas e nos seus orçamentos, obviamente nisso sendo contrariados pelos partidos da oposição, destacando-se então o PSD, que demonizava, as invocadas virtudes da actuação do governo socialista.

Em apoio desta estabilidade António Costa, e o PS, tiveram o ensejo e a arte de dialogar, com os seus pares à esquerda, negociando conteúdos, soluções concretas, casuísticas, falhada que fora a tentativa de Passos Coelho, teimosamente empossado, por Cavaco Silva, de se entender com António Costa, pois este chamado a uma reunião, pelo Primeiro-Ministro minoritário, foi confrontado com coisa nenhuma, sendo o corolário lógico disso, coisa nenhuma também, para além de uma perda de tempo.

No seu segundo governo António Costa e o PS, beneficiou de uma larga maioria absoluta, estado assim garantida a famosa estabilidade, e não fosse um alinhamento das estrelas (não dos astros, mas de poderes de soberania e seus agentes) que culminou com uma queda de governo e de Assembleia da República, tão desejada, e quem sabe se, tão planeada, e a coisa ainda subsistiria. Os factos mostram que a estabilidade, neste caso, foi estilhaçada, não por motivos endógenos, mas por motivos exógenos, quer ao governo, quer à oposição. E isto merece uma reflexão, não aqui, noutra altura.

Acresce, salvaguardado algum lapso de memória da minha parte, que nos oito anos de governos de António Costa, nenhum elemento do PSD aplaudiu essa ideia de estabilidade, no sentido de permitir, ao PS, o seu trabalho.

Hoje, é a vez, de Luís Montenegro, e do seu XXIV governo constitucional, clamar pela estabilidade, como condição sine-qua-non de uma boa governação, para o País e para os portugueses.

A diferença de hoje para ontem, é de protagonistas, naturalmente, mas também da arte e da ciência de fazer política.

Luís Montenegro, tendo um governo minoritaríssimo, forçosamente, tem de ir ao encontro de Pedro Nuno Santos, e do PS, se quer um mínimo de estabilidade para a sua acção governativa, e não repetir o erro de um seu antecessor – Pedro Passos Coelho – o qual agrilhoado na sua arrogância chamou o seu adversário sem ter nada para lhe propor.

E mais. As voluntariosas propostas eleitorais de Luís Montenegro e do PSD, terão de cair uma após outra, após um banho de realidade, e já se começa a ver alguns ministros, sem terem ainda aquecido a cadeira, a tentarem inverter a marcha, dizendo ser necessário tempo, negociação e olhar para os limites da carteira … . Nada que Pedro Nuno Santos não tivesse advertido. Sem sucesso como se vê agora.

Com tantas ameaças à estabilidade, adivinha-se o imbróglio institucional e politico que aí vem. Percebe-se pela cara fechada de Marcelo Rebelo de Sousa, que os dias dourados de felicidade da Presidência, acabaram.

Nesta conjuntura é um pedaço bizarro, e até contra-natura, ver alguns socialistas fazerem a apologia de se dar o beneficio da dúvida a Luís Montenegro, para possibilitar-lhe a tão almejada estabilidade que quer, destacando Ferro Rodrigues, ex-Presidente da Assembleia da República, com o apelo a Marcelo para não dissolver a Assembleia da República em caso de chumbo do orçamento, permitindo uma governação por duodécimos, com o argumento de ser preciso tempo para se combater o CHEGA.
Como é possível explicar que sendo as propostas políticas do PSD diametralmente opostas às do PS, se invoque, uma total submissão é sacrossanta estabilidade?

Se a putativa estabilidade de A, serve para manter propostas que B considera nefastas para o País, tem alguma lógica que B as apoie?

É de uma irracionalidade confrangedora esta apologia.

A estabilidade só faz sentido se houver cedências de parte a parte, e para isso tem de existir negociação. Quem deve dar o primeiro passo? Quem governa obviamente.

A pior coisa do mundo, era agora o Pedro Nuno Santos e o PS, copiarem a humilhante postura do CHEGA, implorando por um pouco de atenção ao PSD. Não cabe ao PS fazê-lo.

Cada um no seu canto. Isto é como no boxe, se um se levanta do seu canto e avança para dar porrada, então só pode esperar porrada. Esqueçam lá as vestais de serviço, com os seus lancinantes lemúrios dizendo que o País, os portugueses, não aguentam tantas eleições, porque isso não é verdade, os portugueses aguentam bem, isso e muito mais.

A estabilidade é como os melões, cada um gosta do seu, e rejeita o do outro.
Não façam de nós florzinhas de estufa se faz favor.

Oliveira Dias, Politólogo

LOURES

XXI Aniversário da Associação de Apoio a Profissionais do Hospital de Santa Maria

A Associação de Apoio a Profissionais do Hospital de Santa Maria comemorou ontem, em Camarate, o seu vigésimo primeiro aniversário.

Esta Instituição Particular de Solidariedade Social "concretizou o sonho de construir a Casa Santa Maria", com capacidade para acolher 153 pessoas, desempenhando um "trabalho imprescindível no nosso território e a nível nacional", assinalou a vice-presidente da Autarquia, Sónia Paixão.

A Casa de Santa Maria tem por missão a prestação de um conjunto de serviços integrados e cuidados continuados, nomeadamente residência para idosos, reabilitação, centro de dia e ambulatório, aos profissionais dos hospitais de Santa Maria e Pulido Valente, da Faculdade de Medicina de Lisboa e da Escola Superior de Enfermagem, assim como aos respetivos cônjuges e familiares.

LOURES - 25 DE ABRIL

LOURES PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL

O Programa Municipal para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril foi apresentado no dia 4 de abril, no Auditório da Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo, em Loures.

No dia 4 de abril terá lugar a assinatura do Protocolo de Colaboração entre o Município e a Associação 25 de Abril e um debate com os alunos da escola, com a presença do Coronel Vasco Lourenço, Presidente da Associação 25 de Abril, de Ricardo Leão, Presidente da Câmara Municipal de Loures, de Susana Amador, Presidente da Assembleia Municipal de Loures, e Bruna Maria, Presidente da Assembleia Municipal Jovem de Loures em 2023, com a moderação da jornalista Soraia Ramos.

Comemorações vão decorrer até 25 de abril de 2025

Em Loures, as comemorações de Abril têm, por tradição, um grande envolvimento popular e municipal, pelo que, no âmbito destas comemorações, a Câmara Municipal de Loures desenvolveu um vasto e diversificado programa, que inclui exposições, ateliês, desporto, caminhadas, espetáculos musicais, teatro, cinema comentado, debates, conferências, encontros literários, entre muitas outras atividades e que vai decorrer até 25 de abril de 2025.

Programa completo AQUI

Artigo no NoticiasLx

LOURES - PATRIMÓNIO

VISITA - Quinta e Palácio de Valflores

A Câmara Municipal de Loures convida a visitar a Quinta e Palácio de Valflores, em Santa Iria de Azóia, no dia 18 de abril, às 15 horas.

O Palácio de Valflores, importante e raro exemplar da arquitetura do século XVI com inspiração renascentista e mandado construir por Jorge de Barros, feitor de D. João III na Flandres, encontra-se atualmente em obras de restauro e requalificação.

Esta visita, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, realiza-se em colaboração com a ADPAC - Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria de Azóia, entidade parceira na candidatura que esteve na origem da intervenção de requalificação da Quinta e Palácio.

Reservas até 16 de abril:

se_conventinho@cm-loures.pt

211 150 175 | 211 151 507

CULTURA

Exposição Arte + Jovem Saúde Mental 4 a 29 de Março BMJS 6 Abril a 11 Maio CPC

A Câmara Municipal de Loures convida a participar, a partir das 14h30, na inauguração da exposição Arte + Jovem Saúde Mental, com trabalhos de jovens artistas da Área Metropolitana de Lisboa.

Sob o tema da Saúde Mental, a iniciativa Arte + Jovem visa promover a criação artística de jovens, entre os 14 aos 22 anos de idade, das escolas da Área Metropolitana de Lisboa. Tem como objetivo fomentar a proximidade entre o Município de Loures, as escolas, os alunos e os professores, bem como promover o conhecimento das artes visuais e a produção artística no seio da comunidade escolar.

Assim, entre os dias 4 e 29 de março, os trabalhos dos alunos serão apresentados em exposição na Biblioteca Municipal José Saramago, em Loures, e, depois, entre os dias 6 de abril e 11 de maio, na Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe, em Santa Iria de Azóia, no âmbito da iniciativa Março Jovem 2024.

Entrada livre.

LOURES - 25 DE ABRIL

Exposição de ilustrações "Em cada rosto igualdade", de Marta Nunes

"Em cada rosto igualdade", de Marta Nunes, é o nome da exposição de ilustrações que inaugura no dia 20 de abril, pelas 15 horas, na Biblioteca Municipal Ary dos Santos, em Sacavém.

O dia 25, dia para a Liberdade, foi o mote para esta exposição, que resulta do registo gráfico diário dos acontecimentos que decorreram entre 1 e 25 de abril, e que teve como objetivo ilustrar os direitos conquistados, bem como o significado desta data, cujas respostas foram obtidas pela artista através do testemunho de pessoas que acompanham o seu trabalho e que, gentilmente, acederam ao seu pedido.

Conquistas que hoje se afiguram elementares, mas que ainda assim não deixam de poder ser revertidas. Nesse sentido, esta exposição é uma amostra daquilo que é importante lembrar e preservar, nunca esquecendo que a liberdade é de todos, feita por todos e para lutar todos os dias. Mais importante do que explicar às crianças esta efeméride, será que elas percebam o valor da Liberdade e de como ela está presente nos nossos dias. Como tal, após a inauguração da exposição, terá ainda lugar a oficina de ilustração "Será a Liberdade um pássaro?", que será dinamizada pela própria artista. A liberdade dos movimentos e a expressão plástica serão aplicadas na construção de composições cromáticas que, posteriormente, serão colagens das representações simbólicas, associadas à data e às representações individuais de se ser livre.

A oficina, de entrada livre, é dirigida a crianças com idade superior a 6 anos (e acompanhadas por um adulto), mas sujeita a inscrição prévia, através do endereço de correio eletrónico bmas@cm-loures.pt ou do telefone 211 150 665, e limitada a 15 crianças.

A exposição, integrada nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e no projeto "Ler'Arte", estará patente até dia 29 de maio, na Biblioteca Municipal Ary dos Santos, em Sacavém, e poderá ser visitada de terça-feira a sábado, das 10 às 18 horas.

LOURES E A EUROPA

Município de Loures recebeu uma comitiva de cidades da Finlândia

A convite da Rede Portuguesa de Cidades Interculturais (RPCI), o Município de Loures recebeu ontem uma comitiva de cidades da Finlândia, que teve como objetivo dar a conhecer a experiência autárquica em projetos participativos e colaborativos para a promoção e valorização da Diversidade Cultural e Inclusão Social.

A comitiva, composta por cerca de 20 pessoas, foi recebida no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, em Loures, onde foram apresentados diversos projetos no âmbito da Divisão de Igualdade e Cidadania, dos quais se destacam os "Grupos Comunitários", que se constituem como um espaço de encontro, partilha e reflexão entre diferentes atores, comprometidos e corresponsabilizados para a transformação da comunidade que representam, e o "DiverCities", que visa promover uma abordagem ascendente eficaz, impulsionando a participação dos cidadãos na elaboração de políticas interculturais locais nas cidades europeias.

Na área da Educação, foram também apresentados os trabalhos que estão a ser desenvolvidos no âmbito da mediação intercultural em contexto escolar, nomeadamente, aquele que foi implementado na Escola Básica Maria Keil, na Apelação, através de uma sala de formação para mediadores que foi criada naquele equipamento escolar, no âmbito do projeto "Techari", que resulta de uma parceria entre a Associação Techari e os agrupamentos de escolas, a Autarquia e as juntas de freguesia do concelho.

A comitiva teve ainda oportunidade de conhecer melhor o trabalho da RPCI, da qual a Câmara de Loures é membro aderente, juntamente com mais 17 municípios portugueses.

Depois desta receção, a comitiva seguiu até ao Museu Municipal de Loures – Quinta do Conventinho, em Santo António dos Cavaleiros, onde realizou uma visita, e de onde seguiu depois para o concelho de Cascais. Ontem, a comitiva esteve em Lisboa.

AGENDA METROPOLITANA

Agenda Metropolitana

13 abril 2024
MONTIJO
Grandes Histórias para Gente Pequena (conto para famílias)

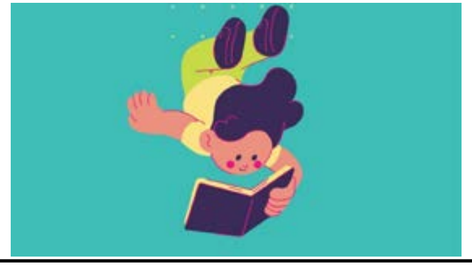
Atividade dinamizada por Marina de Deus, inserida nas comemorações do Dia Internacional do Livro Infantil.

Organização da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Atalaia, Alto-Estanqueiro e Jardia. Apoio: Câmara Municipal do Montijo.

Data
13 abril 2024
Município
Montijo
Preço
Gratuito

Local
Museu Agrícola da Atalaia | 15h30

URL
www.mun-montijo.pt/eventos/evento-48/grandes-historias-para-gente-pequena-conto-para-familias
Outras informações
Para maiores de 3 anos.



14 abril 2024
MAFRA
España – Do antigo ao moderno – VII Festival Internacional de Órgão de Mafra

Com Francisco Javier López (órgão) Sétima edição deste evento internacional dedicado ao órgão, dinamizado pelo Município de Mafra.

O festival terá nove concertos em outros tantos locais distintos do concelho, entre os dias 5 e 21 de abril, sob o temas Músicas do Mundo.

Data
14 abril 2024
Município
Mafra
Preço
Gratuito, sujeito à lotação do espaço
Informações: 261 818 347

Local
Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Livramento |18h00

URL
www.cm-mafra.pt/pages/1144?news_id=5594

14 abril 2024
MONTIJO
O Rufar dos Tambores – Orquestra Académica Metropolitana

A Sinfonia N.º 103 de Haydn é conhecida pelo nome O Rufar do Tímpano por causa do misterioso solo de tímpano que abre o primeiro andamento, sem razão aparente. Pouco se sabe sobre a intenção do compositor, sequer se pretendia marcar com impacto o início ou se era apenas um pequeno apontamento sonoro sem mais pretensões.

É uma das mais enigmáticas sinfonias do século XVIII.

Este programa da OAM completa-se com as memórias da infância de Zoltán Kodály, vivida em Galanta, uma pequena localidade situada a meio-caminho entre Viena e Budapeste.
Programa:
J. Haydn Sinfonia N.º 103, O Rufar dos Tambores
Z. Kodály Danças de Galanta

Jean-Marc Burfin e/ou Alunos de Direção de Orquestra – ANSO direção musical
Data 14 abril 2024
Município Montijo
Preço Gratuito
Local Cinema-teatro Joaquim D'Almeida, Montijo |16h30
URL www.metropolitana.pt/programacao/orquestra-academica-metropolitana-premio-fundacao-inatel-2/

AGENDA METROPOLITANA

Agenda Metropolitana

16 abril 2024
OEIRAS
Nómadas do Pensamento: o 25 de Abril, Hoje. Património ou desafio?

Após cinquenta anos, muito mudou no mundo. Terminou a Guerra Fria, deram-se passos imensos na "construção europeia", várias revoluções tecnológicas e de informação tiveram lugar.

Hoje, os desafios e os problemas da sociedade são uns, muito diferentes, outros, exatamente os mesmos. O nosso olhar para a comemoração do 25 de Abril encontra-se no campo de um património que é, inevitavelmente, um pretérito, ou desafia-nos perante os novos problemas e o novo mundo que temos à nossa frente?

Sem saudosismos, o material de que foi feito um sonho é, ainda sonho, ou desilusão? Foi cumprido ou, sem o ser, pode revelar-se alimento para novas conquistas democráticas, num momento tão complexo como o que vivemos?

Com curadoria de Pedro Abrunhosa e Paulo Mendes Pinto, e os convidados Rui Tavares e D. Américo Aguiar.

Data
16 abril 2024
Município
Oeiras
Preço
Gratuito (sujeito à capacidade da sala)

informações: 214 408 329 | livraria.verney@oeiras.pt

Local
Palácio dos Aciprestes, Fundação Marquês de Pombal, Linda-a-Velha | 21h30

URL
www.oeiras.pt/agenda

18 abril 2024
LOURES
Faz-te ao Curso – Feira de Cursos Profissionais

O Faz-te ao Curso – Feira de Cursos Profissionais, pretende ser um espaço de reflexão sobre o futuro formativo dos jovens, dando a conhecer as alternativas existentes no âmbito da oferta de cursos profissionais aos jovens alunos que frequentam o 9º ano, e aos seus pais e encarregados de educação.

Pretende-se, desta forma, que os jovens alunos obtenham um maior conhecimento sobre as escolhas que poderão fazer em relação ao seu percurso académico ou profissional.

Data
18 abril 2024
Município
Loures
Preço
Gratuito

Local
Pavilhão Paz e Amizade, Loures | Das 9h30 às 18h30

URL
www.cm-loures.pt/

LOURES CULTURA

GRUPO CORAL DA PORTELA | CONCERTO 21 DE ABRIL NO CENTRO CULTURAL MOSCAVIDE

Concerto Irá realizar-se dia 21 às 16:30 no Centro Cultural de Moscavide (antigo Cine Teatro).

Nos 50 anos do 25 de Abril, a CANTICORUM organiza este concerto em que se prestará homenagem às cantigas e aos cantautores de intervenção de antes e depois do 25 de Abril.

Cantigas para Abril

Entrada Livre

MOBILIDADE

MUBI DEFENDE REFORÇO DE APOIOS À COMPRA DE BICICLETAS EM 2024

Os incentivos do Fundo Ambiental à aquisição de bicicletas devem ter continuidade e ser reforçados em 2024, deixando de haver limite no número de apoios disponíveis. A MUBi espera, também, liderança política do novo governo na implementação da ENMAC 2020-2030, destinando recursos para o cumprimento das suas metas.

A MUBi tem recebido e acompanhado, em diversos fóruns, questões de numerosas pessoas sobre a continuidade dos apoios do Fundo Ambiental de incentivo à aquisição de bicicletas de uso utilitário.

Desde a sua introdução, no Orçamento do Estado para 2019, depois da proposta apresentada pela MUBi aos partidos na Assembleia da República[1], a medida tem sido extremamente bem sucedida. Os números de candidaturas têm sempre superado largamente os apoios disponíveis. Em cinco anos, o programa atribuiu incentivos à aquisição de cerca de vinte mil bicicletas para uso citadino, contribuindo para a redução de emissões e da poluição do ar, o descongestionamento das cidades, a economia e a saúde.

O programa de incentivos tem, ainda, ajudado a disseminar e normalizar em Portugal as bicicletas com assistência eléctrica e as bicicletas de carga, cujo custo de aquisição tem um peso importante e constitui uma barreira para muitas pessoas, em particular para os grupos de baixo rendimento.

A MUBi alerta o novo Governo de que deve acolher o crescente interesse e procura pela utilização da bicicleta, dando continuidade e reforçando o programa de Incentivos do Fundo Ambiental para aquisição de bicicletas. Nuno Melo, presidente do CDS-PP, partido da coligação AD e que integra agora o governo, classificou de "ridículo" o nível de apoio que tem existido à aquisição de bicicletas eléctricas, face às necessidades de mudança na mobilidade urbana e de acção climática[2].

Defendemos, nomeadamente, que:

Deixe de haver um limite no número de apoios disponíveis. Cumprindo os requisitos, qualquer pessoa deverá poder obter instantaneamente o apoio, independentemente de quantas outras pessoas já tenham participado no programa.
A taxa de comparticipação passe a ser até 75%, conforme o rendimento dos beneficiários, e também os limites máximos dos incentivos sejam revistos para valores superiores aos dos anos anteriores.
As bicicletas convencionais, que continuam a ser a melhor opção para muitas pessoas, deverão ter uma taxa de comparticipação igual às das restantes tipologias e o limite aumentar para pelo menos 250 euros.
O programa inclua bicicletas adaptadas para pessoas com necessidades especiais, bicicletas em segunda mão e apoios à reparação de bicicletas.
Esperamos, também, urgência e vontade política do novo governo na implementação da Estratégia Nacional para a Mobilidade Activa Ciclável (ENMAC 2020-2030) e da Estratégia Pedonal (ENMAP 2030), destinando os recursos necessários para a concretização destas Estratégias. Há poucos meses, numa proposta da autoria do actual ministro das Finanças, Miranda Sarmento, a bancada parlamentar do PSD propôs aumentar em 12 vezes, para 6 milhões de euros, a verba a destinar no Orçamento do Estado para 2024 à execução da ENMAC 2020-2030[3]. Também a Assembleia da República, há menos de um ano, voltou a defender um aumento substancial dos recursos humanos e financeiros para a execução da ENMAC e da ENMAP[4].

Rui Igreja, coordenador do núcleo de políticas públicas da MUBi disse que «este é o momento para o novo governo dar um sinal claro de que as metas das estratégias nacionais para a mobilidade activa são mesmo para cumprir e que, para tal, são necessários recursos, como a MUBi tem vindo a afirmar nos últimos anos. Só haverá transição com sinais claros de liderança política.»

Referências:

[1] European Cyclists' Federation (2019), Success Story: MUBi unlocks Financial Incentives for E-Bikes in Portugal.
https://ecf.com/news-and-events/news/success-story-mubi-unlocks-financial-incentives-e-bikes-portugal

[2] Nuno Melo defende que PRR possa ser utilizado para fundo ambiental, Público, 5 de junho de 2022.
https://www.publico.pt/2022/06/05/politica/noticia/nuno-melo-defende-prr-possa-utilizado-fundo-ambiental-2009017

[3] Grupo Parlamentar do PSD, Avaliar e acelerar a implementação da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC 2020-2030), Proposta de aditamento à Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª (Orçamento do Estado para 2024), 13 de novembro de 2023.
https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?Path=0yoaD(...)c6886.pdf&Inline=true

[4] Resolução da Assembleia da República n.º 64/2023, de 7 de junho.
https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/64-2023-214100364

Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta

LOURES CULTURA

Comunidade de Leitores

A Comunidade de Leitores volta a reunir-se, no dia 18 de abril, na Biblioteca Municipal José Saramago, em Loures, para analisar a obra "Soldados de Salamina", de Javier Cercas.

Uma sessão com início marcado para as 21 horas, que irá analisar a obra de Javier Cercas, na qual se fala sobre um fuzilamento de prisioneiros franquistas, perto da fronteira franco-espanhola, nos dias finais da guerra civil.

"Um dos prisioneiros escapou com vida, graças a um jovem soldado republicano, e conseguiu refugiar-se no bosque. Era Rafael Sánchez Mazas, poeta, fundador da Falange e futuro ministro de Franco.

Sessenta anos mais tarde, um romancista em crise desenterra este episódio bélico e, fascinado por ele, propõe-se investigar e esclarecer as suas circunstâncias".

A participação na Comunidade de Leitores é gratuita, mas está sujeita a inscrição prévia, pelo telefone 211 150 665, ou através do endereço de correio eletrónico bmas@cm-loures.pt.

Semanário NoticiasLx

LISBOA MUSEUS

"PANORAMA DO CONGO"

LOURES INTEGRAÇÃO

Câmara Municipal de Loures renovou os protocolos de cooperação com a CREACIL

A Câmara Municipal de Loures renovou ontem os protocolos de cooperação com a CREACIL, Cooperativa de Reabilitação, Educação e Animação para a Comunidade Integrada do concelho, sediada na União das Freguesias de Moscavide e Portela.

"Esta ligação é muito diferenciadora. Mantemos o apoio a esta instituição que surgiu da vontade dos pais em promover um projeto abrangente no âmbito da inclusão, e representativo da valorização e capacitação generalizada para a respetiva prossecução", enalteceu a vice-presidente da Autarquia, Sónia Paixão.

Os termos da colaboração, estabelecidos no âmbito do programa "O Mundo é Todo Teu", consistem num processo de socialização com ações diversas em comunidade, integrando beneficiários/as da CREACIL, munícipes com grau de limitação física, intelectual ou sensorial e reduzido rendimento económico, e famílias. O plano das Atividades Socialmente Úteis, que visa o desenvolvimento de competências da pessoa com deficiência, será executado na Biblioteca Municipal Ary dos Santos, em Sacavém.

LOURES SOCIAL

Relatório de Execução do SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Loures

O Relatório de Execução do SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Loures foi apresentado em plenário do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Loures, que decorreu no dia 9 de abril, no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, em Loures, na presença de 78 parceiros.
Este ponto da ordem de trabalhos teve como objetivo efetuar a apresentação dos dados resultantes do trabalho realizado em 2023 pelas equipas de Ação Social, Emergência Social, Acompanhamento, Rendimento Social de Inserção e do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA). Pretendeu igualmente assinalar o primeiro ano de exercício de competências no domínio da Ação Social, cuja aceitação pelo Município de Loures aconteceu a 3 de abril do ano transato.

Segundo Sónia Paixão, vice-presidente da Câmara Municipal de Loures e também presidente do CLAS, o paradigma com que a Autarquia assumiu esta responsabilidade "não foi em jeito de crítica ao trabalho realizado no passado pela Segurança Social. A nossa perspetiva ao assumirmos este papel foi, com a proximidade, com o trabalho em rede, conseguirmos melhorar, sermos mais atuantes, vigilantes e cooperantes. E é esta a lógica que estamos a desenvolver".

Apresentado em reunião de CLAS foi também o Relatório de Execução do Plano de Ação 2022-2023 do "Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde do Concelho de Loures 2021-2025", que vai agora permitir avançar com as diretrizes para a elaboração do Plano de Ação 2024-2025. O Relatório de Atividades de 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Loures foi outro dos pontos da ordem de trabalhos apresentados.

Os relatórios de Diagnóstico, de Execução e de Avaliação Final do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, todos parte integrante de um processo de planeamento estratégico de intervenção nestas matérias na Autarquia, foram aprovados pelos parceiros neste plenário. Aprovado foi também a ratificação do parecer técnico favorável, por parte do CLAS, para o alargamento da capacidade máxima da resposta social Creche para 60 crianças, até aos 3 anos de idade, da Associação Pomba da Paz, sediada na União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação.

O plenário teve na sua ordem de trabalhos outros pontos, com destaque para a integração de dois novos parceiros: Associação Portuguesa Prader-Willi e Zaspastraz – Associação Cultural, Recreativa, Social e de Bem-Estar, ambas integradas na Comissão Social Interfreguesias de Loures, Lousa, Fanhões e Bucelas.

No último ponto foram ainda apresentados os projetos "Ser COLO por uma CA(u)SA", resposta social de Acolhimento Familiar da Casa Pia de Lisboa, e "TRAPI – Transporte Personalizado para Idosos", da Cooperativa de Solidariedade Social "Os Amigos de Sempre".

Ficha Técnica Noticias LX - Diretor e Proprietário: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros
Colunistas: Oliveira Dias, José Maria Pignatelli, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, Patricia Almeida, José Manuel Graça
Colaboradores: Miguel Durão, Manuel Vieira.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: Semanal
Estatuto editorial: https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/
Regras editoriais: https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/
NoticiasLx: https://NoticiasLx.pt

Assinar o Semanário

NOTICIAS LX

Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000 pessoas nos concelhos da Grande Lisboa

Parceiro: